

## **Aula 04**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

18 de Agosto de 2025

## Índice

1) O que é - Culpabilidade. Imputabilidade Penal - Instituto AOCP - Único .....	3
2) Roteiro de Revisão - Culpabilidade. Imputabilidade Penal .....	4
3) Aposta Estratégica - Culpabilidade. Imputabilidade Penal .....	7
4) Questões Estratégicas - Culpabilidade. Imputabilidade Penal - AOCP .....	8
5) Questionário de Revisão - Culpabilidade. Imputabilidade Penal .....	15
6) Lista de Questões Estratégicas - Culpabilidade. Imputabilidade Penal - AOCP .....	18
7) Referências Bibliográficas .....	22



## O QUE É MAIS COBRADO NO ASSUNTO

A análise a seguir refere-se a uma amostra de **13 questões**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOC**P para **nível médio e superior** no período de **2018 a 2025**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança
	Instituto AOCP
Culpabilidade	23,08%
Imputabilidade Penal	76,92%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

### 1 – Culpabilidade

A **culpabilidade** é um dos pilares da teoria do crime, representando o **juízo de reprovação** sobre o comportamento do agente. Diferente dos elementos **fato típico** e **ilicitude**, que analisam a conduta e seu enquadramento legal, a culpabilidade foca na **condição pessoal do agente**, verificando se ele **poderia ser responsabilizado pelo crime cometido**.

#### 1.1 Elementos da Culpabilidade

Para que o agente seja considerado culpável, é necessário que estejam presentes **três elementos fundamentais**:

- **Imputabilidade**: capacidade mental do agente para entender o caráter ilícito do fato e determinar-se de acordo com esse entendimento.
- **Potencial consciência da ilicitude**: possibilidade de o agente conhecer que sua conduta é ilícita, considerando suas condições pessoais e sociais.
- **Exigibilidade de conduta diversa**: análise sobre se era possível exigir que o agente tivesse se comportado de forma diferente.

Caso algum desses elementos esteja ausente, a **culpabilidade será afastada**, impedindo a imposição de pena.

### 2 – Imputabilidade penal

A **imputabilidade penal** é a capacidade que um indivíduo tem de ser responsabilizado criminalmente por seus atos. O **Código Penal** estabelece as hipóteses em que a imputabilidade é afastada, tornando o agente **inimputável**.

#### 2.1 Hipóteses de Inimputabilidade

##### Inimputáveis

O **artigo 26 do Código Penal** prevê que:



### **Inimputáveis**

*Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, **inteiramente incapaz** de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.*

#### **Redução de pena**

*Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado **não era inteiramente capaz** de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.*

Assim, para ser considerado inimputável, o agente precisa ser **inteiramente incapaz** de entender que a sua conduta era ilícita. Se o agente possuir **perturbação mental parcial**, mas **não for totalmente incapaz** de entender a ilicitude da conduta, poderá ter **redução da pena de um a dois terços** (art. 26, parágrafo único, do CP).

### **Inimputabilidade por menoridade**

O **artigo 27 do Código Penal** determina que **menores de 18 anos são penalmente inimputáveis** e devem ser submetidos às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O critério adotado é **puramente biológico**, ou seja, **independe do grau de discernimento do menor**.

#### **Menores de dezoito anos**

*Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.*

### **Inimputabilidade por emoção e paixão e embriaguez**

A **emoção** e a **paixão** não excluem a imputabilidade penal. Assim, aquele que comete o crime sob a justificativa de que “matei ela por que fui traído”, ou seja, sob forte emoção, será processado e julgado normalmente.

No caso da embriaguez, se for **voluntária** ou **culposa**, não há exclusão da imputabilidade. Exemplo: João não queria ficar embriagado, mas bebeu demais e, devido a isso, acabou causando lesão corporal em outra pessoa. João, neste caso, é considerado imputável.

A **embriaguez acidental completa**, decorrente de **caso fortuito ou força maior**, pode excluir a imputabilidade, conforme o **art. 28, § 1º**, se o agente ficou **completamente incapaz de entender a ilicitude do fato**.



Se o agente, devido à **embriaguez accidental**, tinha condições de entender, ao menos parcialmente, o caráter ilícito do fato, será considerado imputável, porém, sua **pena poderá ser reduzida** de um a dois terços.

### ***Emoção e paixão***

*Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal:*

*I - a emoção ou a paixão;*

### ***Embriaguez***

*II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.*

*§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, **inteiramente incapaz** de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.*

*§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, **não possuía**, ao tempo da ação ou da omissão, **a plena capacidade de entender** o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.*

**amente.**

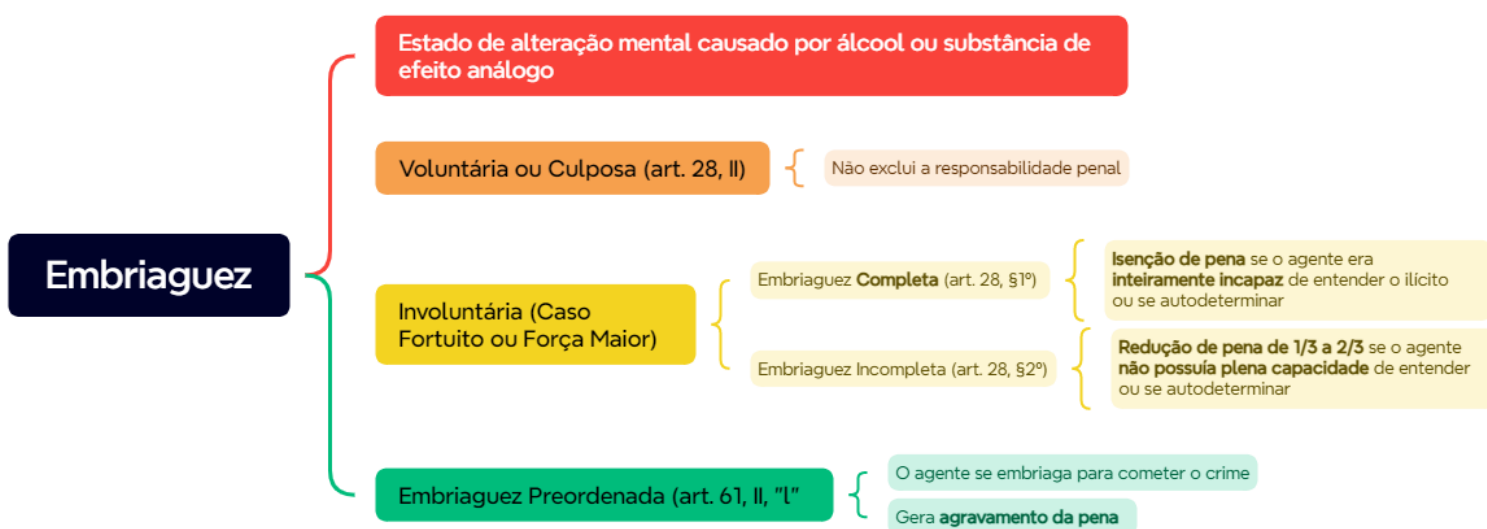


## APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.



Um assunto relativamente simples, mas que tem sido cobrado em prova é a **embriaguez** no Direito Penal. Vejamos um mapa mental para facilitar o entendimento:



<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



## QUESTÕES COMENTADAS



1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- b) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão produtora de qualquer resultado superveniente.
- c) Diz-se o crime tentado quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a publicação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida pela metade.
- e) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.

### Comentários

**Alternativa A – Correta:** A omissão pode ser penalmente relevante quando há o dever jurídico de impedir o resultado e o agente tinha condições de agir para evitá-lo. Esse dever pode advir de uma relação legal, contratual ou mesmo da criação do risco pela conduta do próprio agente.

*Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.*

*Relevância da omissão*

*§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:*

*a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;*





*b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;*

*c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.*

**Alternativa B – Incorreta:** O conceito de "causa" no Direito Penal refere-se à ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. No entanto, não são todas as causas supervenientes que tornam o resultado imputável ao agente, pois há causas que rompem o nexo causal.

**Alternativa C – Incorreta:** O crime tentado ocorre quando o agente dá início à execução, mas não consuma o delito por circunstâncias alheias à sua vontade. O conceito mencionado na alternativa descreve, na verdade, a desistência voluntária, prevista no art. 15.

**Alternativa D – Incorreta:** A alternativa trata do arrependimento posterior (art. 16), que só reduz a pena de um a dois terços, e não pela metade.

**Alternativa E – Incorreta:** O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime pode excluir o **dolo**, mas não necessariamente a culpa. Se o crime admitir forma culposa, o agente poderá responder por crime culposos.

**Gabarito:** Letra A

**2. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Cadete/2022)** Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

a) A folha de antecedentes criminais não é documento hábil para comprovar os maus antecedentes e a reincidência.

b) A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado pode ser considerada como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.

c) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação.

d) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

e) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

### Comentários

**Alternativa A – Incorreta:** A folha de antecedentes criminais pode ser utilizada para comprovar maus antecedentes e reincidência, desde que contenha condenações transitadas em julgado.



**Alternativa B – Incorreta:** Conforme a Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a existência de inquéritos policiais ou ações penais sem trânsito em julgado **não pode** ser considerada para agravar a pena-base do réu.

**Alternativa C – Incorreta:** No caso de crime continuado, a prescrição é regulada **pela pena imposta na sentença**, mas **sem o acréscimo decorrente da continuação**, conforme entendimento consolidado pelo STJ.

**Alternativa D – Correta:** O entendimento consolidado é que **não se admite** a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva **com base em pena hipotética**, ou seja, sem que tenha havido condenação. A prescrição penal somente pode ser aplicada em relação a uma pena concreta, fixada em sentença penal condenatória.

*Súmula nº 438, STJ. É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal."*

**Alternativa E – Incorreta:** A sentença concessiva de perdão judicial **não** pode ser utilizada para caracterizar reincidência, conforme jurisprudência pacífica do STJ. Isso ocorre porque o perdão judicial extingue a punibilidade e não gera efeitos penais secundários.

**Gabarito:** Letra D

**3. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021)**  
Assinale a alternativa correta.

a) Dolores, 20 anos de idade, estava grávida. Certo dia, em razão de fortes dores de cabeça, ela tomou um medicamento para aliviar as dores. Em razão da ingestão do medicamento, Dolores começou a ter fortes dores abdominais e, por isso, foi encaminhada ao hospital, onde acabou abortando o feto. Após tal fato, Dolores foi ler a bula do medicamento e constatou que mulheres grávidas não poderiam fazer seu uso, pois havia risco de aborto. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que Dolores cometeu o crime de aborto em sua modalidade culposa.

b) Nilo cometeu crime de apropriação indébita, porém, antes do recebimento da denúncia, ele devolveu a coisa apropriada. Nesse caso hipotético, segundo o Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida como extinta a punibilidade do agente.

c) Donatello constrangeu Eros com intuito de receber, para si, vantagem econômica indevida, violando assim o artigo 158, caput. Nesse caso hipotético, a consumação de tal crime, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ocorre independente da obtenção da vantagem indevida.



d) Dominic comprou de Yan um produto furtado, violando, dessa forma, o artigo 180. Nesse caso hipotético, não se pune o receptador (Dominic) caso Yan seja isento de pena, porquanto a receptação não é delito autônomo.

e) O perdão do ofendido, conforme disposição, é causa extintiva da punibilidade que pode incidir nos crimes de ação penal privada e nos crimes de ação penal pública condicionada. Nessa última hipótese, só é possível sua ocorrência antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

## Comentários

**Alternativa A – Incorreta:** O Código Penal **não prevê** a modalidade culposa para o crime de aborto. Logo, a conduta de Dolores, ainda que tenha resultado na interrupção da gestação sem intenção, não pode ser enquadrada como crime.

**Alternativa B – Incorreta:** A devolução do bem apropriado antes do recebimento da denúncia **não extingue a punibilidade** no crime de apropriação indébita. No entanto, pode ser considerada como circunstância atenuante na fixação da pena.

**Alternativa C – Correta:** O crime de **extorsão** (artigo 158, caput) se consuma no momento em que a vítima é constrangida mediante violência ou grave ameaça para obtenção da vantagem indevida, independentemente de esta ser efetivamente alcançada pelo agente.

*Art. 158, caput: "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica: Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa."*

**Alternativa D – Incorreta:** O crime de **receptação** é autônomo e pode ser punido independentemente da responsabilização do autor do crime antecedente (furto, roubo etc.). Assim, ainda que Yan fosse isento de pena, Dominic poderia ser punido pela receptação.

**Alternativa E – Incorreta:** O perdão do ofendido é causa extintiva da punibilidade **somente nos crimes de ação penal privada** (artigo 107, inciso V). Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, **não há previsão legal para o perdão do ofendido** após a representação e antes do oferecimento da denúncia.

*Art. 107 - Extingue-se a punibilidade:*

*V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de **ação privada**;*

**Gabarito:** Letra C

**4. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** De acordo com o Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.



- a) Aplica-se a lei brasileira ao crime de homicídio cometido na Argentina contra o Presidente da República do Brasil. Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da representação.
- b) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
- d) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.
- e) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de catorze anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

## Comentários

**Alternativa A – Incorreta (Gabarito):** O crime cometido contra o Presidente da República, mesmo fora do Brasil, **não** se enquadra no princípio da representação, mas sim no princípio da defesa ou proteção. A extraterritorialidade **incondicionada** desse crime está prevista no artigo 7º, inciso I, alínea "a", que dispõe que a lei brasileira será aplicada aos crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, **independentemente do local da infração**. O princípio da representação aplica-se a crimes cometidos por **brasileiros a bordo de embarcações e aeronaves privadas no exterior**, não sendo o caso do enunciado.

*Art. 7º, I, "a": "Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente da República."*

**Alternativa B – Correta:** O **perdão judicial** extingue a punibilidade do agente e **não** gera reincidência ou antecedentes criminais. Trata-se de uma causa extintiva da punibilidade prevista no artigo 107, IX.

**Alternativa C – Correta:** A jurisprudência do STJ já pacificou que o crime de roubo se consuma com a inversão da posse do bem mediante violência ou grave ameaça, ainda que a vítima recupere imediatamente o objeto roubado. A posse pacífica ou desvigiada não é requisito para a consumação.



**Alternativa D – Correta:** O STJ entende que **não é necessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados** para a configuração do crime de violação de direito autoral. A perícia por amostragem é suficiente para atestar a materialidade.

*Súmula 574, STJ: "Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem".*

**Alternativa E – Correta:** O crime de estupro de vulnerável (art.217-A) se consuma independentemente do consentimento da vítima ou de sua experiência sexual anterior. O simples fato de haver conjunção carnal ou ato libidinoso com menor de 14 anos já caracteriza o crime.

**Gabarito:** Letra A

**5. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** Mário, comerciante, emprestou determinada quantia para Eliseu. Um dia após a data ajustada para o pagamento, após ser informado por telefone de que Eliseu não teria o montante para quitar o empréstimo, Mário se dirige à casa do devedor e, clandestinamente, subtrai um notebook no valor da dívida, acreditando estar amparado por uma causa de justificação que tornaria a sua conduta lícita, qual seja, a dívida vencida. Considerando os fatos hipotéticos narrados, pode-se afirmar que Mário incorreu em

- a) erro de proibição direto que, se escusável, exclui a ilicitude do fato.
- b) erro de proibição direto que, caso inescusável, subsiste a culpabilidade, mas a pena deve ser diminuída de um sexto a um terço.
- c) erro de proibição indireto que, se escusável, exclui a culpabilidade do agente.
- d) erro de proibição indireto que, caso inescusável, subsiste a culpabilidade, mas a pena deve ser diminuída de um sexto a dois terços.
- e) erro de tipo que, se escusável, exclui o dolo e a culpa, tornando o fato atípico.

## Comentários

**Alternativa A – Incorreta:** O **erro de proibição direto** ocorre quando o agente desconhece a ilicitude da própria conduta, ou seja, acredita que seu comportamento não é proibido pelo ordenamento jurídico. No caso de Mário, ele sabia que estava subtraindo um bem alheio, mas acreditava que estava amparado por uma justificativa legal (a dívida vencida), o que caracteriza erro de proibição indireto e não direto.



**Alternativa B – Incorreta:** Conforme visto, a conduta de Mário configura erro de proibição indireto e não direto.

**Alternativa C – Correta:** O erro de proibição indireto ocorre quando o agente sabe que sua conduta se enquadra em um tipo penal, mas acredita estar amparado por uma causa excludente de ilicitude. No caso, Mário pensava que poderia se apropriar do notebook de Eliseu devido à dívida vencida, o que, na verdade, não é permitido pelo ordenamento jurídico. Se esse erro fosse escusável (inevitável para uma pessoa média), ele excluiria sua culpabilidade, tornando-o isento de pena.

*Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.*

*Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.*

**Alternativa D – Incorreta:** Se o erro de proibição indireto for inescusável (ou seja, poderia ser evitado pelo agente se tivesse um mínimo conhecimento do direito), ele não exclui a culpabilidade, mas pode gerar redução de pena. No entanto, para que Mário tivesse a pena reduzida, seria necessário que o erro fosse evitável. No caso concreto, **não há indícios de que o erro fosse inevitável**, razão pela qual a melhor resposta é a alternativa C, que considera a possibilidade de escusa.

**Alternativa E – Incorreta:** O erro de tipo ocorre quando o agente desconhece um elemento essencial do tipo penal. No caso de Mário, ele sabia que estava subtraindo um bem alheio, mas acreditava que tinha um direito jurídico para tal conduta. Assim, trata-se de erro sobre a ilicitude da conduta, e não sobre um elemento essencial do tipo penal. Portanto, o erro de tipo não se aplica à situação.

**Gabarito:** Letra C



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

- 1. Explique o conceito de inimputabilidade penal com base no art. 26 do Código Penal, indicando em que situações a pena será isenta.**
- 2. Diferencie imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade, à luz do Código Penal.**
- 3. Quais são os efeitos penais da perturbação da saúde mental que não anula completamente a capacidade do agente?**
- 4. Segundo o art. 27 do Código Penal, qual o tratamento penal conferido aos menores de 18 anos?**
- 5. Emoção e paixão excluem a imputabilidade penal? Fundamente com base no art. 28.**
- 6. A embriaguez voluntária pode ser causa de inimputabilidade penal? Justifique.**
- 7. Em que circunstância a embriaguez pode excluir a imputabilidade penal?**
- 8. A embriaguez pode levar à redução de pena? Em que hipótese?**





9. O que distingue a embriaguez excludente de pena daquela que apenas reduz a pena?

10. Por que a embriaguez voluntária não serve como excludente de imputabilidade, mesmo quando compromete a capacidade de entendimento do agente?

## Perguntas com respostas

1. Explique o conceito de inimputabilidade penal com base no art. 26 do Código Penal, indicando em que situações a pena será isenta.

O art. 26 do Código Penal prevê a **inimputabilidade penal** para o agente que, **por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado**, era, no momento do fato, **inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito da conduta ou de se determinar conforme esse entendimento**. Nesses casos, o agente é isento de pena, sendo aplicada medida de segurança, se constatada a periculosidade.

2. Diferencie imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade, à luz do Código Penal.

A **imputabilidade** refere-se à capacidade plena do agente de entender e se conduzir conforme a ilicitude do fato. Já a **inimputabilidade**, prevista no caput do art. 26, ocorre quando o agente é inteiramente incapaz, por motivo de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado. A **semi-imputabilidade**, prevista no parágrafo único do mesmo artigo, aplica-se quando o agente não é inteiramente capaz, podendo haver **redução da pena de um a dois terços**.

3. Quais são os efeitos penais da perturbação da saúde mental que não anula completamente a capacidade do agente?

Quando o agente, por perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, **não é inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar conforme esse entendimento**, aplica-se o **parágrafo único do art. 26**, podendo o juiz **reduzir a pena de um a dois terços**. Trata-se da chamada **semi-imputabilidade penal**.

4. Segundo o art. 27 do Código Penal, qual o tratamento penal conferido aos menores de 18 anos?

Conforme o art. 27 do Código Penal, os **menores de 18 anos são penalmente inimputáveis** e estão sujeitos às **normas da legislação especial**, especialmente o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Assim, não respondem criminalmente, mas podem sofrer medidas socioeducativas.

5. Emoção e paixão excluem a imputabilidade penal? Fundamente com base no art. 28.

De acordo com o inciso I do art. 28 do Código Penal, a **emoção e a paixão não excluem a imputabilidade penal**. Ou seja, ainda que o crime tenha sido cometido sob intensa emoção ou paixão, o agente continua sendo penalmente responsável por seus atos.

6. A embriaguez voluntária pode ser causa de inimputabilidade penal? Justifique.





Não. Conforme o inciso II do art. 28 do Código Penal, a **embriaguez voluntária ou culposa**, decorrente do consumo de álcool ou substâncias análogas, **não exclui a imputabilidade penal**, ou seja, o agente responde plenamente por seus atos.

#### 7. Em que circunstância a embriaguez pode excluir a imputabilidade penal?

Nos termos do § 1º do art. 28 do Código Penal, a **embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior**, pode excluir a imputabilidade penal. Para isso, é necessário que o agente, ao tempo do fato, estivesse **inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se conforme esse entendimento**.

#### 8. A embriaguez pode levar à redução de pena? Em que hipótese?

Sim. De acordo com o § 2º do art. 28 do Código Penal, a **pena pode ser reduzida de um a dois terços** quando o agente, por **embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior**, **não possuía plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento**, configurando uma situação de **semi-imputabilidade**.

#### 9. O que distingue a embriaguez excludente de pena daquela que apenas reduz a pena?

A **embriaguez excludente de pena**, prevista no § 1º do art. 28, requer que o agente esteja **inteiramente incapaz** e que a embriaguez tenha decorrido de **caso fortuito ou força maior**. Já a **embriaguez redutora de pena**, do § 2º, admite que o agente **não estivesse totalmente incapaz**, mas sim **sem plena capacidade**, também em razão de caso fortuito ou força maior.

#### 10. Por que a embriaguez voluntária não serve como excludente de imputabilidade, mesmo quando compromete a capacidade de entendimento do agente?

Porque o Código Penal, no art. 28, II, considera que a **embriaguez voluntária ou culposa** é uma **escolha consciente do agente**, de modo que ele deve **assumir os riscos de seus atos** cometidos sob seus efeitos. Dessa forma, não há exclusão da imputabilidade penal, mesmo que a embriaguez tenha causado perturbação do juízo.

## LISTA DE QUESTÕES

**1. (AOCP/Polícia Científica do Estado de Pernambuco/Perito Criminal - Ciências Biológicas e Biomedicina/2024)** De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
- b) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão produtora de qualquer resultado superveniente.
- c) Diz-se o crime tentado quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza.
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a publicação da sentença, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida pela metade.
- e) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.

**2. (AOCP/Polícia Militar do Estado de Goiás/Cadete/2022)** Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

- a) A folha de antecedentes criminais não é documento hábil para comprovar os maus antecedentes e a reincidência.
- b) A existência de inquéritos policiais ou de ações penais sem trânsito em julgado pode ser considerada como maus antecedentes para fins de dosimetria da pena.
- c) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação.
- d) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.
- e) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

**3. (AOCP/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul/Analista do Ministério Público/2021)** Assinale a alternativa correta.

- a) Dolores, 20 anos de idade, estava grávida. Certo dia, em razão de fortes dores de cabeça, ela tomou um medicamento para aliviar as dores. Em razão da ingestão do medicamento, Dolores



começou a ter fortes dores abdominais e, por isso, foi encaminhada ao hospital, onde acabou abortando o feto. Após tal fato, Dolores foi ler a bula do medicamento e constatou que mulheres grávidas não poderiam fazer seu uso, pois havia risco de aborto. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que Dolores cometeu o crime de aborto em sua modalidade culposa.

b) Nilo cometeu crime de apropriação indébita, porém, antes do recebimento da denúncia, ele devolveu a coisa apropriada. Nesse caso hipotético, segundo o Superior Tribunal de Justiça, deve ser reconhecida como extinta a punibilidade do agente.

c) Donatello constrangeu Eros com intuito de receber, para si, vantagem econômica indevida, violando assim o artigo 158, caput. Nesse caso hipotético, a consumação de tal crime, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, ocorre independente da obtenção da vantagem indevida.

d) Dominic comprou de Yan um produto furtado, violando, dessa forma, o artigo 180. Nesse caso hipotético, não se pune o receptor (Dominic) caso Yan seja isento de pena, porquanto a receptação não é delito autônomo.

e) O perdão do ofendido, conforme disposição, é causa extintiva da punibilidade que pode incidir nos crimes de ação penal privada e nos crimes de ação penal pública condicionada. Nessa última hipótese, só é possível sua ocorrência antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.

**4. (AOCP/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** De acordo com o Direito Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Aplica-se a lei brasileira ao crime de homicídio cometido na Argentina contra o Presidente da República do Brasil. Trata-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada, dada a incidência do princípio da representação.

b) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.

c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.

d) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.

e) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de catorze anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a



prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

**5. (AOC/Polícia Civil do Estado do Pará/Delegado de Polícia Civil/2021)** Mário, comerciante, emprestou determinada quantia para Eliseu. Um dia após a data ajustada para o pagamento, após ser informado por telefone de que Eliseu não teria o montante para quitar o empréstimo, Mário se dirige à casa do devedor e, clandestinamente, subtrai um notebook no valor da dívida, acreditando estar amparado por uma causa de justificação que tornaria a sua conduta lícita, qual seja, a dívida vencida. Considerando os fatos hipotéticos narrados, pode-se afirmar que Mário incorreu em

- a) erro de proibição direto que, se escusável, exclui a ilicitude do fato.
- b) erro de proibição direto que, caso inescusável, subsiste a culpabilidade, mas a pena deve ser diminuída de um sexto a um terço.
- c) erro de proibição indireto que, se escusável, exclui a culpabilidade do agente.
- d) erro de proibição indireto que, caso inescusável, subsiste a culpabilidade, mas a pena deve ser diminuída de um sexto a dois terços.
- e) erro de tipo que, se escusável, exclui o dolo e a culpa, tornando o fato atípico.

## GABARITO

GABARITO



1. Letra A	2. Letra D	3. Letra C	4. Letra A
5. Letra C			





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITENCOURT, Cezar Roberto.** Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

**CAPEZ, Fernando.** Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

**MASSON, Cleber.** Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

**PRADO, Luiz Regis.** Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.